

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.704 - PR (2019/0284458-0)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
**ADVOGADO** : GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE - PR010747  
**RECORRIDO** : ELECTROLUX DO BRASIL S/A  
**ADVOGADO** : LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO - SP200863

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE CASCAVEL, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

“DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE MULTA DO PROCON. ABANDONO DO PROCESSO, PELA ADMINISTRAÇÃO, POR MAIS DE 5 (CINCO) ANOS. FRUSTRAÇÃO, ENTREMENTES, DA FINALIDADE DO PROCEDIMENTO, POR CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE, EFICIÊNCIA E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.

a) O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento proferido no AgRg no REsp. 1.566.304/PR (DJe 31/05/16), consignou a inexistência de previsão sobre prescrição intercorrente no Decreto nº 20.910/32, a inexistência de disposição legal específica no âmbito do Estado do Paraná e, ainda, a limitação espacial da Lei nº 9.873/99 ao plano Federal.

b) Nos termos daquele julgado, não é possível, na esfera estadual, o reconhecimento da prescrição intercorrente administrativa por ausência de previsão legal específica, porque caberia a máxima *inclusio unius alterius exclusio*’, isto é, ‘o que a lei não incluiu é porque desejou excluir, não devendo o intérprete incluí-la.

c) Contudo, ao afastar a tese da prescrição intercorrente estadual e municipal, o STJ não julgou o mérito da questão posta.

d) Dessa forma, o abandono injustificado pelo PROCON/PR, de processo administrativo punitivo ainda em curso, demonstra de forma inequívoca o desinteresse na apuração e na eventual repressão da suposta irregularidade que deu origem ao procedimento, culminando com o inexorável esvaziamento da finalidade do processo em questão.

e) No caso, o processo administrativo foi retomado passados mais de 05 (cinco) anos de abandono, de modo que, obviamente, não atende mais ao interesse público (proteção das relações de consumo), pois o

dinamismo das relações de consumo não admite tal repressão tardia, evidenciando, apenas, o intuito arrecadatório do PROCON, em flagrante desvio de finalidade.

f) Assim, é de se reconhecer a afronta aos princípios da celeridade, da eficiência, da moralidade e da razoável duração do processo, impondo-se a declaração de nulidade do Processo Administrativo nº 453/2003, por exaurimento de sua utilidade.

2) AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, DECLARANDO A NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 453/2003, PELO DESVIO DE FINALIDADE” (fls. 121/122e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, violação aos arts. 219, §1º e 263 do CPC/73, sustentando que: a) “não se vislumbra no caso em tela qualquer vício que profligue o processo administrativo instaurado em face da autora, tendo o mesmo seguido o trâmite legal e sido aplicada penalidade nos termos do que dispõe a legislação consumerista aplicável” (fl. 184e); b) “indiscutível, portanto, que a prescrição será interrompida com a citação pessoal do devedor, mas não se pode esquecer, contudo, que o §1º do art. 219 do CPC/73 determinava que 'a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação”, e nem o que estabelecia a norma inserta na primeira parte do art. 263, do mesmo Estatuto Processual, que considerava 'proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara” (fl. 185e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 201/206e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 211/213e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela parte ora recorrida, em face de decisão proferida nos autos de Ação Anulatória, a qual indeferiu o pedido de suspensão da multa aplicada em processo administrativo.

O Tribunal local deu provimento ao Agravo de Instrumento, declarando a nulidade do processo administrativo, tendo em vista seu abandono.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos artigos 219, §1º e 263 do CPC/73, os quais sequer foram objeto dos Embargos Declaratórios opostos. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF (“É

inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Além disso, acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

“No caso, originariamente, a infração está pautada na reclamação de uma consumidora por vícios no funcionamento de produtos adquiridos da ELECTROLUX DO BRASIL S/A.

Analizando o Processo Administrativo, nota-se que após ser proferida, em 20 de março de 2007, a decisão, impondo multa à Agravante no valor de R\$ 25.257,86 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete reais, e oitenta e seis centavos), foi interposto Recurso Administrativo em 18/05/2007 (mov. 16.6), que não foi provido somente em 31 de julho de 2012 (mov. 16.9), com notificação para recolhimento de multa apenas em 14 de junho de 2017.

Dito isso, cumpre destacar que não obstante a importância dos PROCON's para a proteção das relações de consumo, no caso impõe-se reconhecer a total extrapolação da razoável duração do processo, culminando com o inexorável esvaziamento da finalidade do processo em questão.

Por outro lado, a necessidade de refreamento da fleuma administrativa advém, também, do próprio interesse público, pois, ao instaurar um procedimento administrativo punitivo, a Administração age no interesse e em nome da coletividade, a fim de garantir que as leis e normas serão por todos respeitadas.

Ora, ao abandonar, sem razão, os procedimentos administrativos iniciados, a Administração demonstra, de forma inequívoca, o desinteresse na apuração e, mais importante, na repressão da suposta irregularidade que lhes deu causa.

Obviamente não se destina mais à proteção dos consumidores, pois o dinamismo das relações de consumo não admite repressão tardia, sob pena de total ineficácia e até perda de objeto.

Ressalte-se que **esta desídia da Administração, no caso, ocorreu após a instauração do processo**, o que realça ainda mais o desinteresse do PROCON.

Nesse passo, **há mesmo afronta aos princípios da celeridade, da eficiência, da moralidade e da razoável duração do processo e, por fim, a retomada tardia do procedimento para a aplicação da multa evidencia apenas a sanha arrecadatória do órgão, agindo em flagrante desvio de finalidade, maculando o procedimento com nulidade flagrante**, não havendo que se falar em indisponibilidade do interesse público, pois a própria Administração

dispôs dele ao não agir em prazo minimamente razoável, esvaziando a razão de ser da sanção.

(...)

Considerando o abandono injustificado do processo administrativo por mais de cinco (05) anos, é de se declarar o esaurimento de sua finalidade (interesse público da proteção das relações de consumo), consistindo em desvio de finalidade a intenção meramente arrecadatória.

Nestes termos, é nula a aplicação da multa decorrente do Processo Administrativo nº 453/2003, efetivada após o abandono injustificado do procedimento por mais de (5) cinco anos, por inutilidade da medida para o interesse público e impossibilidade de ter finalidade meramente arrecadatória” (fls. 129/133e).

Contudo, constata-se que o recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”), por analogia.

Ainda que assim não fosse, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido da nulidade da multa aplicada, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Sinale-se, por fim, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ (“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC”), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora